

Um prazo para Zélia explicar *Senado* saques

Decidido ontem, por unanimidade: a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, terá até segunda-feira, às 18 horas, para apresentar no Senado a relação das pessoas que fizeram saques superiores a Cr\$ 500 mil nos bancos no período de 15 de fevereiro a 15 de março, sob pena de ser enquadrado no crime de responsabilidade. Na sessão extraordinária de ontem, que durou quatro horas e 13 minutos, ficou acertado, também, que as informações da ministra deverão ser entregues ao senador Jamil Haddad (PSB-RJ), autor do requerimento à mesa do Senado.

Durante os debates de ontem para discutir o assunto o senador José Ignácio Ferreira, líder do governo no Senado, chegou a ser irreverente ao afirmar que "serão entregues quatro caminhões de papéis para exame". Diante disso, afirmou ele, o senador Haddad não teria tempo para julgar o valor dos documentos. Ignácio chegou a requerer um prazo maior para que Haddad pudesse estudar os papéis.

O senador Haddad, no entanto, pediu que o Banco Central passe as informações através de computador ao Prodesen (serviço de processamento de dados do Senado), o qual lhe enviará as informações, através de um código secreto, direto ao terminal de seu gabinete. A sugestão foi acatada pela mesa. O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) lembrou que o presidente do Banco Central, Ibrahim Êris, anunciou na quarta-feira ter em disponibilidade a relação de todos os saques superiores a Cr\$ 1 milhão durante aquele período.

Um discurso de 25 minutos do senador Paulo Bisol (PT-RS) pôs por terra a intenção dos parlamentares governistas de adiar mais uma vez a entrega da relação. Como jurista, ele provou que não haverá quebra de sigilo bancário, disse que a ministra Zélia Cardoso de Mello "está brincando com o Senado" e pediu para a casa exigir respeito do governo.

O Senado quer, com a decisão, provar que informações privilegiadas levaram empresas e homens de negócios a sacarem o dinheiro que possuíam depositado em bancos nas vésperas do lançamento do Plano Collor, fugindo ao congelamento dos recursos por período de 18 meses. Caso isso seja comprovado, haverá investigações para se saber quem deu as informações. Estas pessoas, caso existam, serão processadas. No caso de a ministra Zélia Cardoso de Mello não entregar os documentos, ou de o senador Haddad achar que as informações sejam apenas protelatórias, quem será processada, por crime de responsabilidade, será a própria ministra.

JORNAL DA TARDE

08 JUN 1990